



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARRO AUXILIAR PARA COZINHA, DESTINADO À DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR (DPDME) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II.

01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 – Compra de equipamentos de cozinha para a diretoria de produção e distribuição de merenda escolar – DPDME da Secretaria de Municipal de Educação.

a- especificação do produto/serviço

Conforme requisição de compra número 1938/2024.

b- locais de entrega e regras para recebimentos

A entrega dos equipamentos será feita de forma única e deverá ser entregue em até 45 dias, após solicitação expedida por meio de Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativas plausíveis da contratada e aceito pela contratante, antes de findar o prazo estabelecido para a entrega.

Após o seu recebimento pela adjudicatária, devendo ocorrer diretamente no Almoxarifado da DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR - DPDME, nos horários compreendidos das 7:00 às 10:30 e das 13:00 às 14:30 horas, sito a Avenida José Agostinho Rossi nº 2.354 – Bairro Jardim Planalto – CEP 16.203-503, em dias úteis, podendo referido prazo ser prorrogado pela Administração motivadamente.

As despesas com a entrega dos objetos serão por conta da empresa vencedora do certame, tais como: transporte, frete e demais despesas, devendo enviar carregadores para auxiliar o motorista no descarregamento e conferência dos veículos.

Não será permitida na entrega, a substituição do objeto ofertado, quer em função de outra especificação, outras marcas, etc.

A detentora/contratada será responsável por acompanhar o número o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da(s) autorização(ões) de fornecimento recebida(s).

c- especificação da garantia exigida

Quando os prazos e as condições das garantias dos bens não estiverem definidos nas descrições do objeto e/ou memorial descritivo, serão considerados aqueles definidos pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor), em vigor. Havendo os dois casos, deverá ser considerado o de maior prazo.

02 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Considerando que a “cozinha piloto” foi fundada no ano de 1985 e muitos de seus equipamentos são desde



sua fundação e, muitos já passaram por manutenções preditivas, preventivas e corretivas a alimentação escolar do município hoje atende em torno de 60 locais diariamente e pelo tempo de uso as manutenções vão ficando mais difíceis para encontrar peças originais para reposição, pois devido a fadiga dos materiais e peças de reposição que muitas vezes não são originais de fábrica e por serem manutenções que demandam tempo e se deve ter um cuidado maior ao atendimento das normas de segurança estes equipamentos demoram a ser devolvidos pelas empresas de manutenção e com isso dificultando e atrasando assim o processo produtivo da planta e atrasando a distribuição da alimentação escolar e causando transtornos nas unidades escolares e também temos um risco mais agravante que se deve considerar a Segurança Alimentar da clientela estudantil.

2.2 - Considerando a alta demanda de novos equipamentos para a planta produtiva da alimentação escolar e nas escolas municipais;

2.3 - Vimos por meio deste, solicitar a compra dos equipamentos constantes na requisição de compra número 1938/2024..

2.4 - As aquisições serão realizadas com verba de convênio celebrado junto ao governo do estado SEDUC-PRC-2023-00691-DM (este documento será encaminhado por meio eletrônico).

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - A economicidade a ser obtida pela Administração Municipal, em relação à aquisição em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o “MENOR PREÇO UNITÁRIO”. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração Municipal obterá a economia em função do custo-benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao(s) produto ofertado(s) pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o MENOR PREÇO UNITÁRIO.

04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Ao ser declarada vencedora, a Licitante deverá apresentar no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após o encerramento do certame para análise e manifestação da Comissão de Avaliação, os seguintes documentos:

- a- Cópia autenticada do Alvará de Funcionamento do estabelecimento onde a LICITANTE estiver instalado;
- b- Apresentar ficha técnica dos produtos/materiais ofertados, para análise a fim de aprovação ou reprovação dos mesmos.

05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado.

5.2 - Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, observadas, especialmente, as disposições deste Termo de Referência.

5.3 - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita



observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente suas devidas indicações.

5.4 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), que implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da notificação o produto, sem qualquer ônus a adquirente, inclusive quanto à retirada dos itens rejeitados, independente das quantidades rejeitadas.

5.5 - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

5.6 - Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega, caso exista motivos que impossibilitem o cumprimento do pactuado dentro do inicialmente previsto, com a devida comprovação.

5.7 - Manter, durante a execução do pactuado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

5.8 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que estiver obrigada, nas condições previstas neste Termo de Referência.

5.9 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.10 - Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.11 - Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução das obrigações contraídas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

5.12 - Fornecer equipamentos de excelente qualidade, que atendam rigorosamente às especificações e exigências de fabricação, sendo o prazo máximo para sua entrega de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de emissão da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento.

5.13 - Efetuar a troca no prazo igual ou inferior a 30 (trinta) dias úteis o objeto deste certame, que estiverem fora das especificações contidas no edital e seus anexos, bem como na proposta do licitante, ou em que se verificarem vícios ou defeitos de fabricação, aparentes ou ocultos, o produto que se apresentar impróprio sem qualquer ônus para a contratante.

5.14 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vir a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

5.15 - A Secretaria Municipal de Educação, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam técnicos ou quaisquer outros.

5.16 - Poderá ser exigido da contratada a qualquer tempo, teste de qualidade dos produtos ofertados e entregues, junto a um órgão competente, público ou privado, teste este que ocorrerá pelas expensas da contratada.



06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – Os equipamentos serão conferidos no ato da entrega pelo gestor do contrato nomeados por meio da Portaria 57/2022.

Fiscalizador:

- Ana Beatriz Barbosa Santos Cerqueira: Nutricionista
- Rafaela Moimas Grosso Berce: Nutricionista
- Vilma de Melo: Técnica em Nutrição

Gestor:

- Fernando Bernabé Abrahão – Diretor

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 - Os materiais e/ou serviços, objeto do presente edital, serão entregues pelo preço constante no lance final da LICITANTE VENCEDORA, devidamente escrito em ata da sessão pública do referido processo licitatório.

7.2 - O pagamento à contratada será efetuado em até 30 (trinta) DDL, a contar do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante apresentação dos documentos pertinentes e da Nota Fiscal que deverá ser eletrônica e atestada pelo setor competente da contratante.

7.3 - O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada, uma vez satisfeita as condições estabelecidas pela contratante.

7.4 - O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Previdência Social, FGTS e junto a Justiça do Trabalho CNDT.

7.5 - Para tal, na Nota Fiscal dos produtos, deverá constar o aceite e a data de recebimento pelo setor competente, o nº do Edital de Pregão, nº do Processo que deu origem à contratação e eventual nº de empenho.

7.6 - A Nota Fiscal que apresentar incorreção no seu preenchimento ou deixar de apresentar o que fora solicitado nos itens anteriores, será devolvida à contratada e seu pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis após a data de sua última apresentação válida.

O pagamento será de forma parcelada de acordo com as quantidades de insumos empenhados.

08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital. A contratação para o objeto deste Termo de Referência está fundamentada com base na Lei nº 10.520/02, modalidades utilizadas, a Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente, no que couber pelas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Processo em fase de levantamento de valores.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas serão pagas através da(s) ficha(s) de dotação:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

FONTE	791
FICHA	981
VINCULO DETALHADO	02.200.0012
VALOR	R\$ 18.567,00 (dezoito mil, quinhentos e sessenta e sete reais).

APÊNDICE: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.



APÊNDICE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(elaborado com base no artigo 6º, inciso xx, combinado com o § 1º e 2º, da lei 14.133/21)

ASSUNTO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DA COMPRA DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA A DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – DPDME DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

1. JUSTIFICATIVA:

1.1 – Considerando que a “cozinha piloto” foi fundada no ano de 1985 e muitos de seus equipamentos são desde sua fundação e, muitos já passaram por manutenções preditivas, preventivas e corretivas a alimentação escolar do município hoje atende em torno de 60 locais diariamente e pelo tempo de uso as manutenções vão ficando mais difíceis para encontrar peças originais para reposição, pois devido a fadiga dos materiais e peças de reposição que muitas vezes não são originais de fábrica e por serem manutenções que demandam tempo e se deve ter um cuidado maior ao atendimento das normas de segurança estes equipamentos demoram a ser devolvidos pelas empresas de manutenção e com isso dificultando e atrasando assim o processo produtivo da planta e atrasando a distribuição da alimentação escolar e causando transtornos nas unidades escolares e também temos um risco mais agravante que se deve considerar a Segurança Alimentar da clientela estudantil.

1.2. Considerando a alta demanda de novos equipamentos para a planta produtiva da alimentação escolar e nas escolas municipais;

1.3. Vimos por meio deste, solicitar a compra dos equipamentos constantes na requisição de compra número 1938/2024.

1.4. As aquisições serão realizadas com verba de convênio celebrado junto ao governo do estado SEDUC-PRC-2023-00691-DM (este documento será encaminhado por meio eletrônico).

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.1. O objeto de contratação se insere como parte da necessidade de atendimento e renovação dos equipamentos da planta produtiva da alimentação escolar e consta no plano de contratação do ano vigente.

3. REQUISITOS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO:

3.1. Especificação do produto/serviço

Conforme requisição número 1938/2024.

Garantia: Os equipamentos ofertados deverão possuir no mínimo 6 meses de garantia de fábrica, contra quaisquer defeitos de fabricação.



4. QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONSIDERAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA:

4.1. A estimativa de consumo é para atendimento das necessidades da Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME, as Escolas Municipais - EM e os Centros de Educação Infantil – CEIs, consiste nos equipamentos relacionados na requisição de compra número 1938/2024 e no convênio SEDUC-PRC-2023-00691-DM (este documento será encaminhado por meio eletrônico);

4.2. A economicidade a ser obtida pela Administração Municipal, em relação à aquisição em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o menor preço por item. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração Municipal obterá a economia em função do custo-benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao(s) produto ofertado(s) pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o menor preço por unidade.

5. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA:

5.1. Os objetos que fazem parte deste estudo foram escolhidos considerando a legislação sanitária vigente. As características exigidas dos equipamentos estão em consonância com seu emprego e as necessidades do setor.

5.2. A solução escolhida respeita os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência, tendo em vista que atende às necessidades de seu uso, geram economia na medida em que reduzem custos de manutenção e eficiência por seu custo-benefício considerando seu ciclo de vida.

6. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Processo em fase de levantamento de valores.

7. MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS:

7.1. **Garantia:** Os equipamentos possuem garantia de fábrica, contra quaisquer defeitos de fabricação, conforme condições estabelecidas no Manual de Garantia que acompanhará cada equipamento.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO OU NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A aquisição se dará por item.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1. A economicidade a ser obtida pela Administração Municipal, em relação à aquisição em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o “menor preço por item”. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração Municipal obterá a economia em função do custo-benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao(s) produto ofertado(s) pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o menor preço por item.



10. PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES PELA ADMINISTRAÇÃO:

10.1. Não há necessidade providências complementares pela administração.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INDEPENDENTES:

11.1. Não detectamos necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

12. DEMONSTRAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS:

12.1. Sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade, considerando que se tratam de equipamentos mais modernos e eficientes, infere-se que ocorrerá uma redução significativa no consumo de gás de cozinha e energia elétrica, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM VISTA A SOLUÇÃO QUE SE DESTINA:

13.1. A solução disposta nesse documento consiste na modalidade de pregão eletrônico, levando em consideração a economicidade e transparência de recursos que esta modalidade oferece.